

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR – SETI

AC1.1. Se sim, em que ano este programa foi revisado pela última vez? (XXXX)

	(XXXX)
Programa revisado pela última vez	

Forneça explicações adicionais caso necessário: \_\_\_\_\_

A SETI não possui Política própria anticorrupção, contudo, segue as diretrizes do Governo do Paraná, conforme normatizações abaixo:  
Decreto nº 11953/2018 – Regulamento da Lei Anticorrupção no Estado do Paraná, que disciplina, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná, a aplicação da Lei Federal nº 12.846 de 01/08/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos a Administração Pública.

Lei nº 20663/2021 – Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o mês Dezembro Transparente, dedicado à promoção de ações que visem à implantação de uma cultura de transparência, de prevenção e de combate à corrupção durante todo o ano.

Lei nº 19984/2019 – Institui o Fundo Estadual de Combate à Corrupção e dá outras providências.

Decreto nº 5880/2020 – Torna obrigatório aos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Paraná registrar e manter atualizado todos os dados e informações junto ao Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, considerando que todos os registros inseridos no GMS:  
i) são compartilhados em tempo real com o Portal de Transparência do Estado do Paraná, instrumento de controle social imprescindível para a prevenção e combate à corrupção, assim como para a probidade dos procedimentos e o aprimoramento da integridade dos órgãos governamentais;  
ii) promovem o aprimoramento da eficiência e eficácia das compras públicas, além de coibir a prática de fraudes, erros e ilicitudes nos procedimentos licitatórios, assim como possibilitam outros benefícios advindos da integração das informações armazenadas nos sistemas de tecnologia da informação utilizados pelo Estado; e  
iii) acarretam impacto positivo e favorecem as ações de controle interno e externo, de transparência e de controle social [...].  
Lei nº 19857/2019 – Institui o Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública Estadual e dá outras providências.

Decreto nº 2902/2019 – Regulamenta a Lei nº 19857/2019, que instituiu o Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública Estadual.

O Plano de Integridade da SETI está em fase de execução para acompanhamento das medidas de mitigação propostas, inclui a Matriz de Risco e de Responsabilidade.

Decreto nº 38/2015 – Instituiu o Código de Ética da Alta Administração Estadual.

Está em revisão o Código de Ética dos Servidores Públicos do Estado do Paraná. No entanto há o Código de Ética do Agente de Compliance, que apresenta as responsabilidades dos Agentes perante a sociedade, o órgão ou a entidade em que atuam e a profissão, as quais devem ser utilizadas como balizador de seus atos. No Código de Ética do Agente de Compliance os capítulos I, II e III tratam dos princípios, deveres e condutas. Ademais, o Estatuto dos Servidores do Poder Executivo Estadual, Lei Estadual nº 6.174/1970, define os deveres (art. 279), proibições (art. 285) e penalidades (capítulo VI).

Complementarmente, o Programa de Integridade e Compliance possui como uma de suas fases a elaboração do Código de Ética e Conduta, conforme Lei Estadual nº 19.857/2019, Decreto nº 2.902/2019 e Instrução Normativa CGE nº 04/2023.

AC5. Informe o número total e a natureza dos incidentes de corrupção da empresa durante o ano de referência.

*Linked to: GRI Disclosure 205-3 (2016); WEF Common Metrics; ISAR D.2.1(Matrix – Text Boxes with option for Unknown or N/A)*

	Número de incidentes (Descreva a natureza dos incidentes na caixa de texto abaixo)	Desconhecido	Prefiro não declarar
Confirmado durante o ano atual, mas relacionado a anos anteriores		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Confirmado  
durante o  
ano atual  
e relacionado a este ano

☐

☐

Forneça explicações adicionais caso necessário: \_\_\_\_\_

